

Economia Brasileira: crescimento após a queda

O economista Décio Munhoz (UNB-Universidade de Brasília), em entrevista à Agência Brasil, criticou as avaliações feitas por analistas internacionais de que um crescimento acima de 5% do PIB colocaria em risco a sustentabilidade da economia do país, com aumento da inflação e a desaceleração já no ano que vem. Munhoz afirmou que os analistas estão esquecendo que os indicadores de crescimento da economia do país, por mais elevados que sejam, têm como base de comparação os números deprimidos do ano passado (2009), período em que o mundo viveu uma das maiores crises dos últimos anos. "Nós estávamos lá em cima em um determinado patamar em 2008. De repente, você caiu no fundo do vale. Agora, estamos subindo do vale.

Então, quando eu faço comparação com o fundo do vale, me dá algo expressivo. Estão fazendo confusão", disse o professor, lembrando que as comparações devem ser feitas em um cenário de recuperação.

Ele criticou o Banco Central quando propõe restrições à economia. "É uma estupidez. Os níveis de produção da indústria são iguais aos de meados de 2008. Então, está errado dizer que vamos estourar isso, vamos estourar aquilo". O economista nega que teremos pressão de demanda e acusa como principal risco as pressões do mercado financeiro, pela alta das taxas de juros, tudo em nome das chamadas "metas de inflação".

Para ele, o BC precisa ser mais cauteloso ao aumentar os juros da economia em sua política



monetária para controlar a inflação. Em suas contas, o aumento recente da taxa básica de juros de 8,75% para 9,50% provocará um gasto anual para o Tesouro Nacional de R\$ 15 bilhões com a dívida pública. "Isso é quase o PAC". "Se você analisar quanto você gasta de investimento com o PAC, que de R\$ 20 bilhões se gasta a metade, então, só com juros, será o mesmo que o PAC", comparou.

Informalidade e baixos salários

Mesmo com a redução dos últimos anos, a informalidade (emprego sem carteira assinada) continua muito alto no Brasil. Entre 2002 e 2007, ficou em torno de 41% do total dos empregados. E ainda anda na casa de 37% dos trabalhadores das metrópoles pesquisadas pelo IBGE. Essa informalidade no emprego se reflete no pagamento de baixos salários: cerca de 18% dos trabalhadores do país ganham menos de um salário mínimo! Em Recife são 36%, em Salvador 30% e em São Paulo 12,5%.

Mais de 100 sindicalistas são assassinados em um ano no mundo!

Em apenas um ano, 101 sindicalistas foram assassinados em todo o mundo. É o que revela o relatório anual, referente a 2009, publicado dia 9 de junho pela Confederação Sindical Internacional (CSI). O número é 30% maior, se comparado à última pesquisa, realizada em 2008.

América Latina e Caribe são apontados como os territórios mais hostis para os sindicalistas. Somente na Colômbia, 48 foram mortos. Juntas, Guatemala e Honduras registraram 28 vítimas. No Brasil, ocorreram quatro casos.

De acordo com o relatório, o aumento da repressão contra sindicalistas se deu em paralelo às greves e paralisações desencadeadas pela crise econômica mundial. Intimidações e perseguições políticas, além de tentativas de assassinato e ameaças de morte foram outras violações apontadas no relatório.

Estados Unidos, Canadá, China, Índia e México foram advertidos por não ratificar a Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de

1949, que assegura o direito de organização e de negociação coletiva. Esses países representam quase a metade da população economicamente ativa do planeta.



A falcatrua das Farmacêuticas em Goiás!

O Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual de Goiás acusam três empresas farmacêuticas e 14 pessoas - incluindo os ex-secretários de Saúde Fernando Cupertino e Cairo de Freitas -- de fraudar em R\$ 13 milhões a compra de medicamentos pelo Estado entre 2002 e 2008.

Nas três ações civis públicas protocoladas na primeira semana de junho, as empresas Milênio, Medcommerce e Hospfar são

acusadas de fazer manobras fraudulentas para aumentar em até 17% os valores pagos na compra de medicamentos de alto custo, usados no tratamento de doenças crônicas como esclerose múltipla, diabetes e insuficiência renal.

De acordo com os órgãos, embora esses medicamentos estejam isentos de pagar ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços), as empresas cobravam o valor do tributo na hora da venda.

As empresas "maquiavam" as notas fiscais, diz o Ministério Público, para simular que haviam concedido o abatimento. Embora discriminassem os descontos, o valor inicial dos remédios era artificialmente elevado.



Código Florestal pode ser esquarterado

Por Cesar Sanson*

A possível alteração do Código Florestal está na agenda política do país. A bancada ruralista deseja colocar em votação o relatório do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) que altera o Código. O relatório do deputado "comunista" conta com o entusiasta apoio dos ruralistas. As medidas propostas, na opinião do movimento social vão no sentido de flexibilizar a legislação ambiental para favorecer o agronegócio, fazendeiros e exportadores de commodities.

As propostas sugerem: reduzir a Reserva Legal na Amazônia de 80% para 50%; reduzir as Áreas de Preservação Permanente como margens de rios e lagoas, encostas e topos de morro; anistia aos crimes ambientais, sem tornar o reflorestamento da área uma obrigação — medida considerada extremamente grave pelo movimento social —, transferir a legislação ambiental para o nível estadual, removendo o controle federal. Segundo as organizações ambientalistas, a proposta dos ruralistas é acabar com o Código Florestal.

Essa esquerda vale-se de um marxismo não atualizado, que paradoxalmente ao lado do liberalismo, prega a mesma coisa: a ideia e o pensamento do que importa é o crescimento econômico e o restante é secundário. O problema é que esse pensamento não se sustenta mais. Separar economia e ecologia é um erro. Insistir no produtivismo econômico é a ameaçar a vida de toda a Terra. Faz-se necessário outro paradigma que rompa com a racionalidade técnico-instrumental instaurada pela modernidade.

*Doutor em sociologia, pesquisador do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - UFPR.



Indústria Química

Promessas de investimento...

Levantamento realizado pela Abiquim (Associação brasileira da indústria química) com cerca de 800 empresas mostra que os investimentos no segmento de produtos químicos para uso industrial até 2014 poderão superar os US\$ 26 bilhões. Desse total, US\$ 10,9 bilhões referem-se a projetos aprovados e que se encontram em andamento. Os projetos em estudo somam US\$ 11,9 bilhões e os investimentos programados em manutenção, melhorias de processo, segurança e meio ambiente alcançam US\$ 3,3 bilhões. Esses investimentos poderão gerar cerca de 5,8 mil empregos diretos.

O Rio de Janeiro receberá o maior volume de investimentos. Está prevista a aplicação de US\$ 9,17 bilhões no estado. A maior parte desses recursos está destinada à implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Em Minas Gerais, os projetos somam US\$ 3,53 bilhões; em São Paulo, os planos de investimentos chegam a US\$ 3,14 bilhões; na Bahia, a US\$ 1,54 bilhão e, em Pernambuco, a US\$ 1,23 bilhão. Os projetos sem localização definida somam US\$ 3,51 bilhões.

Os investimentos programados pela indústria química poderão ser multiplicados nos próximos anos, alcançando US\$ 132 bilhões até 2020, com a implantação do Pacto Nacional da Indústria Química. Lançado pela Abiquim em dezembro, no Encontro Anual da Indústria Química, o Pacto lista os compromissos do setor com o desenvolvimento do País e propõe a adoção de uma série de medidas pelo governo, como a garantia de disponibilidade de matéria-prima, a desoneração da cadeia produtiva e a isonomia tributária. O fortalecimento das cadeias produtivas, o aumento da aplicação de recursos em inovação e desenvolvimento tecnológico, a elevação dos níveis de produtividade e a promoção da sustentabilidade são alguns dos compromissos assumidos pela indústria química.

O Pacto Nacional da Indústria Química tem como metas colocar o setor entre os cinco maiores do mundo até 2020 e tornar o País superavitário em produtos químicos e líder mundial em química verde. A Abiquim calcula que a aplicação do Pacto criará 2,3 milhões de empregos no País.

www.abiquim.org.br

O Brasil que não muda!

O Brasil é o oitavo país com o maior índice de desigualdade social e econômica do mundo. 60% dos pobres no Brasil são constituídos por negros. Dentre as pessoas consideradas como indigentes, 70% são negros. De um modo geral, 50% das pessoas negras ou pardas são pobres. E ainda dizem que não somos um país racista.



**E o salário, também vai crescer?
Vamos nos mobilizar!**